

Considerações sobre as dificuldades e limitações na integração em defesa na América do Sul (2009-2016): o cenário regional e a influência de países extra-regionais

Higor Ferreira Brigola¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar e fazer algumas considerações sobre as limitações e dificuldades na integração em defesa na América do Sul. Cabe salientar que após a ascensão da Onda Rosa, com a imersão de governos de esquerda e centro-esquerda no sub-continente, um pensamento regional pautado na autonomia e desejo de tornar a América do Sul um polo de poder autônomo tomou conta das lideranças regionais. Com isso, diversas iniciativas de integração regional foram tomando forma, entre elas, o Conselho de Defesa Sul-americano, subordinado a Unasul, o qual contribuiu para o revigoramento dos assuntos em defesa abrangendo todo o sub-continente. Contudo, mesmo com esse forte pensamento regional autônomo, e a formalização de iniciativas de integração regional em defesa, as dificuldades e limitações ainda persistiram, seja pelo baixo investimento dos países sul-americanos em defesa, pela deficiência de suas indústrias de defesa, ou pela dependência de países extra-regionais.

Palavras-chave: América do Sul, Integração em Defesa.

Abstract: This article aims to analyze and consider the limitations and difficulties of defense integration in South America. It should be noted that after the rise of Onda Rosa, with the immersion of left-wing and center-left governments in the sub-continent, regional thinking based on autonomy and the desire to turn South America into an autonomous center of power took hold of regional leaders. As a result, several regional integration initiatives were taking shape, including the South American Defense Council, subordinated to Unasur, which contributed to strengthening defense matters covering the entire sub-continent. However, even with this solid autonomous regional thinking and the formalization of regional integration initiatives in defense, the difficulties and limitations persisted, whether due to the low defense investment of South American countries, the deficiency of their defense industries, or the dependence on extra-regional countries.

Keywords: South America, Defense Integration.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar y hacer algunas consideraciones sobre las limitaciones y dificultades en la integración en defensa en América del Sur. Cabe señalar que luego del ascenso de Onda Rosa, con la inmersión de los gobiernos de izquierda y centro izquierda en el subcontinente, el pensamiento regional basado en la autonomía y el deseo de convertir a América del Sur en un polo de poder autónomo se apoderó de los líderes regionales. De este modo, se fueron gestando diversas iniciativas de integración regional, entre ellas el Consejo de Defensa Suramericano, subordinado a Unasur, que contribuyó a revitalizar la materia de defensa en todo el subcontinente. Sin embargo, aun con este fuerte pensamiento regional autónomo, y la formalización de iniciativas de integración regional en defensa, las dificultades y limitaciones persistieron, ya sea por la baja inversión de los países sudamericanos en defensa, la deficiencia de sus industrias de defensa o la dependencia de países extrarregionales.

Palabras-clave: América del Sur, Integración en Defensa.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Introdução

O cenário regional sul-americano no tocante a questão de defesa, tem um histórico ligado a dependência em relação as potências externas. Praticamente durante toda a Guerra Fria, o subcontinente esteve sob o guarda-chuva da influência de Wahsington por meio do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), criado em 1947, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948, e pelo Programa de Assistência Militar (PAM), criado em 1952, todos derivados da Doutrina de Segurança Nacional. Mesmo que em alguns períodos da bipolaridade os EUA tenham limitado o fornecimento de armamentos para alguns países da América do Sul, devido ao medo de que os governos estabelecidos pudessem procurar interesses próprios ao invés daqueles diretamente alinhados a Washington, não houve o rompimento das relações, ou a confrontação dos países sul-americanos com a potência do Norte.

Após o fim da Guerra Fria, os EUA por meio do Consenso de Washington e a cartilha liberal, mantiveram os países sul-americanos sob sua órbita. Este cenário viria a mudar radicalmente após o surgimento da Onda Rosa, que foi a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul após os anos de 2000.

Neste período, a América do Sul experimentou o fortalecimento do pensamento regional, formalizando iniciativas de integração regional das mais variadas naturezas, tendo o intuito de projetar a América do Sul no cenário internacional como um polo de poder. Entre estas iniciativas, foi criado o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), em 2008, ligado à Unasul. O Conselho de Defesa Sul-americano trazia como objetivo formar uma América do Sul autônoma, estabelecendo uma zona de paz na região, e com isso fortalecendo a cooperação regional em matéria de defesa.

Contudo, mesmo com a criação do CDS, as dificuldades regionais continuaram a aparecer, seja pela ineficiência das indústrias de defesa na região, pelo pouco investimento em aquisição de novos equipamentos ou investimentos em seus complexos industriais militares, ou pela forte dependência de países extra-regionais.

O objetivo deste artigo é abordar algumas considerações sobre o cenário em defesa na América do Sul, entre os anos de 2009 a 2016 – sendo que em 2008 fora

criado o CDS –, levando em consideração as limitações apresentadas pelos países da região e a influência de atores exógenos, como EUA, Rússia, China, entre outros.

O artigo foi dividido em duas partes, num primeiro momento foi realizado uma sucinta discussão sobre a questão da defesa na América do Sul e a criação do CDS. Na segunda parte foi realizada uma análise sobre as dificuldades regionais e a presença dos países exteriores na região no que concerne aos assuntos em defesa, em especial, na venda e fornecimento de equipamentos militares.

O Conselho de Defesa Sul-Americano e a esperança de (re)nascimento de uma geopolítica sul-americana

Na América do Sul, com a ascensão da Onda Rosa, um pensamento fortemente embasado pelo ideal de autonomia e projeção de poder regional começou a se moldar, resultando na formulação de diversas iniciativas de integração regional. Chamado por Veiga e Ríos (2007) de regionalismo pós-liberal, este pensamento foi impulsionado pela mudança geopolítica que estava acontecendo nas Américas: como a rejeição às propostas neoliberais impostas pelo consenso de Washington; o declínio da hegemonia estadunidense na América do Sul, devido a sua campanha do Oriente Médio; a aproximação de alguns países sul-americanos com potências desafiadoras da hegemonia estadunidense, como a Rússia e China, e o objetivo de projetar a América do Sul como um polo de poder no cenário internacional.

A Unasul foi formalizada em 2008 – originada da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) criada em 2004 – e trazia consigo propostas inovadoras em relação as demais iniciativas de integração regional na América do Sul (NERY, 2016). Projetada sob o viés do regionalismo pós-liberal, o objetivo da Unasul não era “alcançar um bloco comercial coerente no curto prazo, mas ampliar as possibilidades nas áreas de infraestrutura, investimentos e energia, além de outras possíveis, como segurança e defesa, políticas sociais, educação e saúde” (SIMÕES, 2011, p. 49).

De acordo com Medeiros Filho (2017, p. 203) “com o avanço do processo de integração regional, observado ao longo das duas últimas décadas, o conceito de ‘comunidade de segurança’ foi incorporado aos discursos de defesa na América do

Sul”. A construção de uma visão sul-americana de defesa permitiria à região uma maior capacidade dissuasória frente a outros países.

Para Teixeira Jr. (2010), além da OEA, a América do Sul não tem apresentado projetos robustos que se encarreguem de assuntos de segurança e defesa. De modo semelhante, Martin (2007), afirma que após a desmoralização do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1982, a América do Sul:

[...] não dispõe mais de uma Geopolítica digna do nome, a qual possa servir como uma espécie de bússola a orientar suas principais decisões em política exterior, quer no tocante às questões da segurança, quer no que concerne aos setores comercial e industrial (MARTIN, 2007, p. 109).

O CDS foi então instituído em dezembro de 2008, ligado à Unasul, e “imprimiu certo ineditismo à geopolítica sul-americana, na medida em que se constituiu em um organismo regional de defesa sem a presença dos Estados Unidos” (MEDEIROS FILHO, 2017, p. 208). De acordo com Abdul-Hak:

Durante o processo de articulação e negociação do CDS, ao longo de 2008, identificaram-se visões distintas entre os países – em particular, Colômbia, Venezuela e Brasil – sobre os objetivos da cooperação militar sul-americana, embora houvesse convergência entre a maioria dos Estados regionais sobre a oportunidade e a conveniência dessa iniciativa. O Brasil defendeu que o CDS articulasse medidas de criação e fortalecimento da confiança mútua, intercâmbio de militares em cursos de formação e – com particular ênfase – a integração industrial em defesa. A Venezuela ressaltou seu sentido de insegurança frente a ameaças de fora da região, defendendo uma aliança de defesa coletiva (“OTAN do Sul”). A Colômbia insistiu no tratamento, no âmbito de um eventual CDS, do combate às narcoguerrilhas e terrorismo, entre outros (ABDUL-HAK, 2013, p. 20).

Entre os objetivos gerais do CDS publicados no documento “*Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR*”, constavam: a) consolidar a América do Sul como uma zona de paz; b) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando em conta as características sub-regionais e nacionais; e c) gerar consensos para o fortalecimento da cooperação regional em matéria de defesa (UNASUR, 2008).

O documento destaca, entre seus objetivos específicos, a promoção do intercâmbio de informações e análises sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar alguns fatores potenciais de riscos e ameaças à segurança e à paz regional e mundial; também é destacada a importância do avanço na

construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e da promoção de diálogo e cooperação com demais países da América Latina e Caribe (UNASUR, 2008).

O intercâmbio e a cooperação no âmbito das indústrias de defesa bem como a cooperação na capacitação militar e no treinamento entre as forças armadas dos países sul-americanos também foram ressaltados, assim como, a promoção da cooperação acadêmica dos principais centros de estudos em defesa na América do Sul (UNASUR, 2008).

De acordo com Teixeira Jr. (2015, p. 64), “no primeiro momento, a principal preocupação do CDS foi a de construir bases institucionais, procedimentos e homogeneização de práticas e definições para criar o suporte de um sistema de cooperação, de coordenação e de confiança”. Barbosa (2017) contribui alegando que, a partir da criação do CDS, “temas específicos, como os do entorno estratégico (Conselho de Defesa da UNASUL), a defesa das fronteiras, operações de manutenção da paz, Atlântico Sul e África passarão a ter uma coordenação mais efetiva” (BARBOSA 2017, p. 2 apud LUIGI, 2017, p. 125).

Bragatti e Gonçalves (2018) afirmam que para desenvolver suas atividades, foi estabelecido quatro eixos de atuação do CDS, sendo eles: (1) política de defesa, (2) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, (3) indústria e tecnologia de defesa, e (4) formação e capacitação.

No primeiro eixo, a Unasul e o CDS “procuram desempenhar um papel na afirmação de uma visão estratégica comum, de uma abordagem regional para a segurança, e uma identidade sul-americana” (BRAGATTI; GOLÇALVES, 2018, p.77). Enquanto no segundo eixo, o objetivo é criar:

[...] um entendimento regional sobre como atuar nas operações interaliadas, e seu amadurecimento através de treinamentos comuns [...] que buscam, através do treinamento conjunto, diminuir as discrepâncias das doutrinas militares diferentes das FFAA sul-americanas (REZENDE, 2013, p.192).

O terceiro eixo, visa fortalecer a indústria de defesa nos países da América do Sul, para alcançar uma autonomia regional,

[...] nessa área, a partir da tentativa de redução da dependência dos fornecedores tradicionais na Europa e nos Estados Unidos. Um dos

objetivos seria desenvolver uma indústria regional de Defesa que, para assegurar seu desenvolvimento, tem a necessidade de uma escala internacional e tecnologia próprias, ou seja, um país sozinho teria dificuldade para desenvolver tal tecnologia; assim, esta torna-se possível através da cooperação regional (BRAGATTI; GOLÇALVES, 2018, p.84).

Por fim, o quarto eixo, tem como objetivo a formação e capacitação de civis e militares no tocante aos assuntos de defesa na América do Sul. Subordinados ao CDS, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), e a Escola Sul-Americana de Defesa (Esude) são responsáveis por essa função. O CEED “é uma instância de produção de estudos estratégicos, um *think tank*, que tem como missão a geração de conhecimento e a difusão de um pensamento estratégico sul-americano em termos de defesa e segurança regional e internacional” (BRAGATTI; GOLÇALVES, 2018, p.85), enquanto que a Esude “é um centro de altos estudos, responsável pela articulação das diversas iniciativas dos países-membros do CDS para a capacitação de civis e militares nas áreas de Defesa e Segurança Regional” (BRAGATTI; GOLÇALVES, 2018, p.86).

Como afirma Rezende (2013), a formalização do CDS gerou uma reorientação no tocante aos assuntos de segurança e defesa na América do Sul, para o autor, “nunca a agenda sobre o tema foi tão ampla e abarcou tantas iniciativas em um espaço de tempo tão curto” (REZENDE, 2013, p. 200). Contudo, ainda que o CDS tenha contribuído para o renascimento de uma geopolítica sul-americana, ainda há diversas dificuldades regionais a serem enfrentadas quando o assunto é integração em defesa, na próxima sessão deste trabalho foram pontuadas algumas destas dificuldades.

A dependência externa em matéria de defesa na América do Sul

A integração dos parques industriais de defesa, que é um dos objetivos do CDS, aparece como um grande obstáculo. Pois como demonstra Abdul-Hak (2013, p. 223), “a indústria de defesa sul-americana concentra-se no Cone Sul – mais especificamente, no Brasil, no Chile e na Argentina”, com uma significativa vantagem do Brasil. Sobre as indústrias de defesa desses países, convêm frisar que a potencialidade delas caiu drasticamente. Na produção de blindados, destacavam-se a brasileira ENGESA, que chegou a ser a maior produtora de blindados do

mundo (BITZINGER, 1999 apud VILELA, 2009), a argentina TAMSE e a chilena FAMA E. A indústria de blindados “foi reduzida à condição de prestadora de serviços de manutenção, sem maior capacidade de produção” (ABDUL-HAK, 2013, p. 225).

No campo de artilharia, na América do Sul, apenas a brasileira AVIBRÁS atua (ABDUL-HAK, 2013)². A empresa vem desenvolvendo um sistema de lançamento de mísseis e foguetes batizado de ASTROS 2020, projeto com início em 2012 e com previsão de finalização em 2023 (GABINO, 2018). O Programa Estratégico ASTROS 2020 foi resultado de um acordo entre a AVIBRÁS e o Exército Brasileiro e tem por objetivo:

[...] ampliar a capacidade da Força Terrestre Nacional com um sistema tecnologicamente superior, de alta referência de desempenho e confiabilidade operacional, está desenvolvendo o Míssil Tático de Cruzeiro (AV-TCM), com tecnologia 100% nacional, desde a sua concepção, projeto de engenharia, protótipos e fabricação. A empresa também fornecerá novas viaturas na versão MK-6, constituídas por lançadoras, viaturas de comando e controle, meteorológicas, de apoio ao solo e remuniadoras (DEFESANET, 2018, n.p.).

De acordo com Vilela (2009), na América do Sul, a indústria naval de defesa é representada por estaleiros localizados no Brasil, na Argentina, no Chile e no Peru, tendo como destaque a estatal brasileira, EMGEPRON, ligada à Marinha do Brasil. Essa empresa tem capacidade para desenvolver e gerenciar projetos de construção e modernização de embarcações militares, inclusive de submarinos convencionais (VILELA, 2009, p. 159). Cabe salientar o “domínio brasileiro da tecnologia de produção de urânio enriquecido, para uso em um eventual submarino de propulsão nuclear” (ABDUL-HAK, 2013, p. 225).

Ainda de acordo com Abdul-Hak (2013), a indústria aérea é mais competitiva no mercado externo graças à EMBRAER. A empresa possui um amplo mercado que vai além da América do Sul, em especial com a produção da aeronave Super Tucano. Em um relatório publicado pelo SIPRI, entre as cem maiores indústrias bélicas do planeta, em 2017, a EMBRAER ficou classificada em octogésimo quarto lugar, sendo a única indústria citada da América do Sul (FLEURANT et al., 2018).

² Durante o governo do General Pinochet, a empresa chilena FAMA E também desenvolveu um sistema de artilharia de foguetes denominado *Rayo*, mas nem o exército chileno teve interesse em comprá-lo (SOHR, 2003 apud VILELA, 2009, p. 159).

Teixeira (2019, p. 291) afirma que, “apesar da empresa brasileira ter sido privatizada nos anos 1990, ela ainda concentrava suas operações industriais no Brasil, contando com a fabricação de parte de suas aeronaves também na China, Portugal e EUA”.

Sendo assim, fica clara a deficiência das indústrias bélicas sul-americanas, tendo apenas o Brasil como potencial destaque. De acordo com o relatório publicado pelo SIPRI sobre os vinte e cinco maiores exportadores de equipamentos militares no mundo de 2013 a 2017, o Brasil apareceu em vigésimo quarto lugar, com 0,2% das exportações mundiais, tendo como principais clientes a Indonésia, o Afeganistão e Angola (WEZEMAN et al., 2018).

Na América do Sul, os investimentos no setor de defesa são relativamente baixos; entre os países que mais gastaram recursos nessa área, o Brasil possui uma diferença esmagadora em relação aos demais, como demonstra a tabela 1.

Tabela 1: Gastos militares dos países sul-americanos entre 2009-2016 (em milhões de dólares constantes de 2017)

| País | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total |
|------------|--------|--------|--------|--------|----------|--------|--------|--------|---------|
| Argentina | 4.610* | 4.562* | 4.497* | 4.441* | 4.976* | 5.148* | 5.098* | 4.960* | 38.292* |
| Bolívia | 511 | 472 | 523 | 617 | 659 | 691 | 611 | 566 | 4.650 |
| Brasil | 26.369 | 29.283 | 28.364 | 28.910 | 29.067 | 29.648 | 28.961 | 27.491 | 228.093 |
| Chile** | 4.293 | 4.831 | 5.149 | 4.832 | 4.883 | 4.970 | 4.957 | 5.121 | 39.036 |
| Colômbia | 8.921 | 8.853 | 8.241 | 8.821 | 9.605 | 9.473 | 9.522 | 9.388 | 72.824 |
| Equador | 2.505 | 2.598 | 2.914 | 2.927 | 3.010*** | 2.959 | 2.653 | 2.524 | 22.090 |
| Guiana**** | 35.8 | 34.5 | 34.3 | 34.7 | 35.9 | 40.0 | 47.7 | 52.7 | 315.6 |
| Paraguai | 210 | 232 | 265 | 303 | 333 | 352 | 386 | 359 | 2.440 |
| Peru | 2.171 | 2.364 | 2.410 | 2.702 | 3.114 | 3.085 | 3.440 | 2.695 | 21.981 |
| Uruguai | 847 | 925 | 899 | 980 | 1.029 | 1.062 | 1.077 | 1.104 | 7.923 |
| Venezuela | 1.042 | 962 | 1.136 | 1.341 | 1.597 | 954 | 725* | 389* | 8.146 |

Fonte: Military expenditure by country, in constant (2017) US\$ m., 1988-2018, SIPRI (2019).
Org.: Brigola (2019).

Notas: * Dados dotados de incerteza

** Valores referentes ao orçamento adotado e não às despesas reais

*** Estes valores são estimativas do SIPRI

**** Não incluem valores de gastos com pensões militares

De acordo com dados da Tabela 1, entre os anos de 2009 e 2016, o Brasil representou aproximadamente 51% dos gastos em defesa na América do Sul. Porém, nos anos de 2015 a 2016, as crises econômicas enfrentadas pelo país impactaram nestes valores, chegando a cair em sua posição no ranking mundial. O Brasil ocupava a décima segunda posição entre os países com as maiores despesas militares em 2015, passando a ocupar a décima terceira posição em 2016 (TIAN et al., 2017).

A Colômbia apareceu em segundo lugar, com aproximadamente 16% dos gastos, sua posição de destaque no continente provavelmente se deu pelo empenho do governo no combate às guerrilhas do narcotráfico. Porém, as importações de armas na Colômbia diminuíram 19% de 2012 a 2016 em comparação ao período de 2007 a 2011. A razão da queda foi o processo de paz do governo colombiano com as FARC (FLEURANT et al., 2017).

O Chile ficou em terceiro lugar, com aproximadamente 9%, amparado pela Lei Reservada do Cobre, a qual “estabelece o repasse às Forças Armadas de 10% das vendas da estatal Codelco, a maior produtora mundial de cobre” (ESTADO DE MINAS, 2017, n.d.)

A Argentina apareceu em quarto lugar, também com 9% dos gastos, mas com valores em dólares pouco abaixo do Chile. De acordo com Matos (2016), entre os anos de 2005 e 2015, a Argentina foi o país que apresentou o maior incremento no orçamento de defesa da América do Sul (em dólares constantes de 2014).

Na sequência, aparecem Equador e Peru, com 5% cada, mas com uma pequena vantagem do Equador. Ambos apresentaram decréscimos em seus orçamentos a partir de 2014, devido à diminuição das receitas governamentais motivadas pela queda da exportação do petróleo (TIAN et al., 2017).

A Venezuela apresentou 2% dos gastos em defesa durante o período analisado. Matos (2016) afirma que o país teve uma descontinuidade em seu incremento no orçamento de defesa que teve força até 2008, pois naquele período o cenário era favorável com elevados preços do petróleo e uma política interna com orientação para o fortalecimento militar. De acordo com os relatórios do SIPRI, o

país, devido às quedas nos preços do petróleo a partir de 2014, apresentou cortes em seu orçamento militar de 64% em 2015 (PERLO-FREEMAN et al., 2016) e que, em 2016, suas importações de armas foram de apenas 1,7% do total para o período de 2012 a 2016 (FLEURANT et al., 2017). Porém, ainda nos anos de 2012 a 2016, a Venezuela ocupou a décima sétima posição de maior importador de armamentos do mundo (FLEURANT et al., 2017) e foi o maior importador de armas da América do Sul por dez anos (2008-2017), tendo como principais fornecedores a Rússia e a China (WEZEMAN et al., 2018).

Atrás da Venezuela ficaram Uruguai, também com 3% dos gastos, mas com valores inferiores a Caracas, e Bolívia, Paraguai e Guiana, que somados representaram 1% dos gastos em defesa.

É importante frisar que a maior parte dos gastos em defesa na América do Sul não tem como destino o investimento em suas indústrias nacionais ou aquisição de novos equipamentos, mas, sim, o pagamento de gastos com pessoal, incluindo aposentadoria e pensões, como demonstra a Tabela 2. Os países que tiveram maior número em gastos na última década com aquisição ou intenção de aquisição de novos equipamentos foram o Brasil, o Chile, a Colômbia e a Venezuela, estando entre esses equipamentos “aviões de combate modernos; aviões não tripulados; sistemas de mísseis ar-ar, ar-terra e superfície-ar; helicópteros de ataque; submarinos convencionais; fragatas e corvetas; tanques e outros veículos de combate” (ABDUL-HAK, 2013, p. 188).

Tabela 2: Porcentagem da distribuição do orçamento em defesa dos países da América do Sul (2008-2016)

| País | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | | 2016 | |
|-----------|------|------|------|-----|------|------|------|------|------|------|
| | P | I | P | I | P | I | P | I | P | I |
| Argentina | 78,7 | 3,1 | 75,4 | 3,1 | 76,4 | 3,9 | 78,4 | 2,3 | 80,8 | 2,4 |
| Bolívia | 62,1 | 5,2 | 62,2 | 5,8 | 63,6 | 3,7 | 63 | 5 | 66,1 | 3 |
| Brasil | 70,3 | 10,9 | 71,6 | 14 | 70 | 14 | 67,6 | 12,6 | 74,7 | 9,4 |
| Chile | 50,5 | 31,6 | 58,4 | 24 | 59,6 | 21,9 | 60,4 | 19,7 | 67,1 | 11,7 |
| Colômbia | 43,9 | 25,5 | 48,8 | 14 | 49,3 | 11,3 | 49,8 | 11,9 | 56,2 | 5,5 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------|------|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Equador | 78,6 | 1,8 | 74,4 | 15,3 | 81,4 | 7,2 | 75,9 | 8,7 | 83,7 | 6,7 |
| Paraguai | 84 | 5,7 | 81,8 | 7,1 | 69,7 | 18,3 | 82,3 | 7,4 | 83,9 | 5,6 |
| Peru | 47,6 | 7,9 | 48,5 | 14,9 | 48,4 | 24,9 | 51,8 | 23,3 | 56,3 | 24,5 |
| Uruguai | 73,8 | 5,4 | 79,7 | 5,8 | 80 | 3,3 | 81 | 3,1 | 85,9 | 1,7 |
| Venezuela | 76,7 | 2,3 | 82,5 | 1,6 | 48,6 | 40,9 | 49,4 | 34,3 | 69,1 | 4,3 |

Legenda: P – Gastos com pessoal; I – Gastos com investimentos e novas aquisições
 Fonte: RESDAL: Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe (2016).
 Organização: Brigola (2019).

Ademais, as aquisições de equipamentos dos países sul-americanos são, em sua grande maioria, de mercados externos, sendo muito baixas as transações entre países da região. Dagnino e Campos Filho (2007, p. 35) alegam que, as Forças Armadas dos países da América do Sul “não se interessaram em absorver a produção local até então orientada ao mercado externo, e continuaram importando os itens mais intensivos em tecnologia que nunca foram produzidos internamente”.

Com relação aos fornecedores de equipamentos de defesa aos países da América do Sul, a tabela 3 demonstra que os EUA – o tradicional fornecedor para a região –, a França e o Reino Unido perderam mercados no continente, sendo que eram praticamente predominantes durante a Guerra Fria. Nos últimos anos, esses países passaram a concorrer com a Alemanha, a China e a Rússia, bem como a Coreia do Sul, Espanha, Israel e Itália, ainda que com volumes mais modestos (TEIXEIRA, 2019).

Tabela 3: Países exportadores de armamento para a América do Sul entre 2008 e 2018 (em unidades)

| País | Aviões | Helicópteros | Mísseis | Blindados | Navios | Valores Totais ³ |
|----------|--------|--------------|---------|-----------|--------|-----------------------------|
| Alemanha | 10 | 4 | | 755 | 10 | 1.469 |
| China | 41 | 6 | 384 | 305 | | 658 |

³ Valores em milhões de dólares.

| | | | | | | |
|----------------------|-----|-----|--------|------|----|--------|
| Coreia do Sul | 28 | | 16 | | 23 | 261 |
| Espanha | 30 | | | 15 | 8 | 558 |
| EUA | 54 | 224 | 653 | 238 | 1 | 1.618 |
| França | 17 | 76 | 78 | 15 | 15 | 720 |
| Israel | 15 | | 3.001 | 7 | | 609 |
| Itália | 4 | 22 | 100 | 16 | | 442 |
| Reino Unido | | 10 | 200 | | 8 | 310 |
| Rússia | 24 | 117 | 7.128 | 438 | | 3.496 |
| TOTAL | 223 | 459 | 11.560 | 1789 | 56 | 10.141 |

Fonte: Teixeira (2019).

Embora os EUA ainda dominem a venda de aviões e helicópteros para a região, entre 2008 e 2018, a Rússia foi o país que mais vendeu equipamentos, em especial mísseis. Entre os anos de 2012 e 2016, a Rússia respondeu por 34% das entregas para a América do Sul, seguida pelos EUA, com 16%, e pela França, com 8,1% (FLEURANT et al., 2017).

Desde o início do século XXI, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela adquiriram equipamentos russos, porém, a Venezuela e o Peru são os países da América do Sul que mais possuem equipamentos de fabricação russa em seus inventários, enquanto os demais países mantiveram seus tradicionais fornecedores, em especial o Chile, adquirindo a maior parte de seus materiais dos EUA e da Europa (GAMA NETO, 2018). Entre 2012 e 2016, a Venezuela recebeu cerca de 5% das exportações de armamentos russos no mundo (FLEURANT et al., 2017) e foi o país da América do Sul que mais comprou equipamentos de Moscou.

A China, que já se mostrava como um grande parceiro comercial dos países da América do Sul, passou a integrar, em sua agenda de exportação para a região, equipamentos de defesa. Entre 2012 e 2016, a China ficou com o terceiro lugar dentre os exportadores de armamentos do mundo, ficando atrás dos EUA e da Rússia (FLEURANT et al., 2017). Na América do Sul, os países que, no período, possuíam governos de esquerda foram os principais compradores da China, tendo como destaque a Argentina, a Bolívia, o Equador e a Venezuela, segundo Gama Neto (2018). Ainda de acordo com o autor:

A compra de material bélico chinês parece ocorrer, principalmente, por questões de preço, eles são mais baratos que os ocidentais e russos, e políticos, os chineses não estabelecem qualquer restrição por causa do regime político do país. Um fato importante para o aumento das vendas tem sido o oferecimento de financiamento via bancos estatais, principalmente o *China Export and Credit Insurance Corporation* (Sinasure) e o *Export-Import Bank of China* (China Exim Bank), para a compra destes materiais (GAMA NETO, 2018, p. 183-184).

A Coreia do Sul é um país que também se aproximou da América do Sul para o comércio de equipamentos militares, tendo como destaque a exportação de navios. O país se consolidou como um importante fornecedor desses equipamentos a partir de 2012, tendo Colômbia e Peru como seus primeiros compradores (GAMA NETO, 2018). A estratégia adotada por Seul é baseada na doação de equipamentos usados, acompanhada de uma venda de novos equipamentos posteriormente (MAHARAJ, 2017).

Para Teixeira:

É necessário notar que uma parcela dos equipamentos vendidos pelas nações extra-regionais fornecedoras dos membros do CDS da UNASUL passou a ser fabricados nos países da região. É o caso dos submarinos vendidos pela França ao Brasil, dos navios e aeronaves sul-coreanos comprados pelo Peru, e da fabricação venezuelana de armas leves russas. Em todos esses casos houve a transferência de tecnologias sensíveis, que permitiram aos países compradores avançar na fabricação de itens próprios (TEIXEIRA, 2019, p. 290).

Essa questão sobre a grande dependência de mercados externos e os baixos trâmites comerciais entre países sul-americanos na área de defesa pode ser interpretada de dois modos: o primeiro é que, com uma tímida exceção do Brasil, que se apresenta como figura central no mercado de defesa sul-americano (DAGNINO; CAMPOS FILHO, 2007), “a indústria regional não atende às demandas das Forças Armadas locais” (ABDUL-HAK, 2013, p. 225); em segundo lugar, as antigas rivalidades entre alguns países fazem com que eles evitem comprar armamentos de vizinhos.

De acordo com Teixeira:

Considerando as indústrias nacionais e as parcerias com empresas externas ao subcontinente, a América do Sul conta com a capacidade de produção de navios de superfície (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e

Peru), Submarinos (Argentina, Brasil e Chile), veículos blindados (Brasil e Argentina), aeronaves de treinamento (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia), aeronaves de transporte (Brasil), helicópteros (Brasil), mísseis (Brasil), armamento leve (Brasil, Chile e Venezuela). Considerando todas as possibilidades em conjunto, os membros do Conselho de Defesa Sul-Americano teriam condições de fornecer uma parcela significativa das necessidades de equipamentos de defesa. No entanto, como observado, nos dez anos de sua existência, comemorados em 2018, o CDS ainda não foi capaz de alinhar as capacidades com os requerimentos de seus membros, tornando sem efeito as diretrizes anunciadas (TEIXEIRA, 2019, p. 290-291).

Nesse sentido, os fluxos das vendas de materiais de defesa entre os países da região continuam baixos mesmo com as propostas do CDS de ampliar a interação dos países nessa área (TEIXEIRA, 2019). O desenvolvimento das indústrias de defesa dos países da América do Sul, em conjunto com o avanço da integração sul-americana em matéria de defesa, contribuiria para a redução de temores de uma corrida armamentista na região, assim como diminuiria a dependência externa na aquisição de equipamentos (ABDUL-HAK, 2013). A integração poderia “estimular também a produção de meios comuns aos operadores sul-americanos, o que, além de gerar uma economia de escala, poderia contribuir para o desenvolvimento de uma doutrina comum” (VILELA, 2009, p. 167).

Considerações Finais

A ascensão da Onda Rosa, que foi responsável por consolidar o imaginário regional pautado no regionalismo pós-liberal, repercutiu de forma positiva para a América do Sul no tocante a formalização de iniciativas de integração regional. Visando tornar a América do Sul um polo de poder autônomo, as temáticas sobre defesa ganharam maior escopo após a criação do CDS, em 2008, este ligado a Unasul, e sendo um órgão inovador, em especial por não estar dentro da órbita dos EUA. Contudo, esta orientação que visava a projeção de poder regional de uma América do Sul forte e autônoma, apresentou diversos reveses no tocante a integração em defesa.

Os países sul-americanos possuem parques industriais em defesa ainda deficientes. Aqueles de maior destaque estão concentrados mais especificamente na Argentina, no Brasil e no Chile, ainda que o Brasil possua uma vantagem em relação aos dois países sul-americanos citados. Cabe frisar que a única empresa

que tem maior poder competitivo no mercado externo, é a EMBRAER, por conta da fabricação da aeronave Super Tucano.

Os gastos em defesa realizados pelos países sul-americanos também são relativamente baixos, e ainda, a maior parte destes gastos não têm como destino investimentos em inovações de equipamentos militares ou o desenvolvimento de seus parques industriais, mas sim o pagamento de pessoal, aposentadoria e pensões. Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela foram os países que mais adquiriram novos equipamentos.

E ainda, cabe frisar que a esmagadora parte destes equipamentos tem como origem, países exteriores à América do Sul, perpetuando a dependência externa. Os tradicionais fornecedores de equipamentos para os países sul-americanos, como EUA, França e Reino Unido, passaram a concorrer com países como a Alemanha, a China, a Rússia, Coreia do Sul, Espanha, Israel e Itália, apresentando diminuição de sua influência.

Por mais que as dificuldades existam, uma possível superação destas, visando uma melhor integração em defesa na América do Sul, resultaria em diversos benefícios regionais, entre os mais importantes: a diminuição ou superação do medo em relação a uma corrida armamentista no sub-continente, em detrimento de maior confiança mútua entre os países, favorecendo a cooperação.

Referências

ABDUL-HAK, Ana. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

BRAGATTI, Milton Carlos; GONÇALVES, Rúben Miranda. Cooperação na área de defesa na Unasul: um balanço do conselho de defesa sul-americano (CDS) e seus limites atuais. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v.13, n. 2, p. 73-95, 2018.

DAGNINO, Renato Peixoto; CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. A revitalização da indústria de defesa brasileira: análise da alternativa Cooperação Sul-americana/europeia. **VÉRTICES**, v. 9, n. 1/3, p. 31-42, jan./dez. 2007.

DEFESANET. RIDEX: AVIBRAS apresenta programas avançados. **DEFESANET**. 25/06/2018. Disponível em:< <https://www.defesanet.com.br/bid/noticia/29685/RIDEX-AVIBRAS-apresenta-programas-avancados/>> Acesso em: 10/10/ 2021.

ESTADO DE MINAS. Forças Armadas chilenas mantêm privilégios, herança da ditadura. **Estado de Minas**. 04 ago. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/08/04/interna_internacional,89360/forcas-armadas-chilenas-mantem-privilegios-heranca-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T.; TIAN, Nan. **Trends in international arms transfers, 2016**. SIPRI. Feb./2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-in-international-arms-transfers-2016.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FLEURANT, Aude; KUIMOVA, Alexandra; TIAN, Nan; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. **The SIPRI Top 100 arms-producing and military services companies. 2017**. SIPRI. Dez./2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-12/fs_arms_industry_2017_0.pdf>. Acesso em: 11/09/2021.

GABINO, Anderson. ASTROS 2020: Alcance – Precisão – Poder. **DEFESATV**. 31/08/2018. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/astros-2020-alcance-precisao-poder/>> Acesso em: 24/08/ 2021.

GAMA NETO, Ricardo Borges. Rússia, China e a Coreia do Sul no mercado de defesa sul-americano. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 7, n. 14, p. 164-189, jul./dez. 2018.

LUIGI, Ricardo Abrate. **A integração regional na América do Sul: a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)**. 2017. 211f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2017.

MAHARAJ, Sanjay Badri. **Decommissioned Military Hardware** – a potential diplomatic asset for India. Institute for Defence Studies and Analyses. 10 jan. 2017. Disponível em: <https://idsa.in/idsacomments/decommissioned-military-hardware_sbmaharaj_100117>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MARTIN, André Roberto. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o antigolbery**, Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2007.

MATOS; Patrícia de Oliveira. Cooperação Regional em Defesa: as limitações do orçamento militar na América do Sul. **ENABED**, 2016. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466443989_ARQUIVO_ArtigoPatriciaMatosENABED2016.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

MEDEIROS FILHO, Oscar. A construção de uma identidade regional de defesa para a América do Sul: agendas e desafios. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, p. 203-220, 2017.

NERY, Thiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 59-75, 2016.

PERLO-FREEMAN, Sam; FLEURANT Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in World Military Expenditure, 2015**. SIPRI. Abr. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/EMBARGO%20FS1604%20Milex%202015.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce!** Explicando a cooperação em defesa na América do Sul. 2013. 258f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2013.

SIMÕES. Antonio José Ferreira. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

TEIXEIRA Jr., Augusto Wagner Menezes. Segurança Sul-Americana e a centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional. **Meridiano 47**, v. 11, n. 117, p. 15-17, 2010.

_____. Contribuições do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Cooperação Militar. **Revista Política Hoje**, v.24, n.1, p.59-70, 2015.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **Geopolítica das Organizações de cooperação em defesa: limites e possibilidades na América do Sul**. 2019. 320f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2019.

TIAN, Nan; FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter D; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in World Military Expenditure, 2016**. SIPRI. Abr./2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

UNASUR. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR**. 2008. Disponível em: <<https://studylib.es/doc/4445610/estatuto-consejo-de-defensa-suramericano>>. Acesso em: 13/09/ 2021.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Serie Comercio Internacional – División de Comercio Internacional e Integración. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

VILELA, Fernando de Sousa. Integração das Indústrias de Defesa na América do Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 155-172, 2009.

WEZEMAN, Pieter D; FLEURANT, Aude; KUIMOVA, Alexandra; TIAN, Nan; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in International Arms Transfers, 2017**. SIPRI.

Mar./2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-03/fssipri_at2017_0.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Recebido em Outubro de 2021.

Publicado em Dezembro de 2021.